

O enfoque locacional na Geografia

ROBERTO LOBATO CORRÊA

Geógrafo do IBGE



propósito desta comunicação é o de apresentar criticamente o enfoque locacional na geografia. Um enfoque que a partir de certo momento marcou bastante

a prática dessa disciplina nas universidades e em órgãos ligados ao planejamento.

Inicialmente é preciso clarificar o que se entende por enfoque locacional na geografia. Aparentemente não haveria muita discussão sobre o fato de localização ser uma questão eminentemente geográfica e mesmo central à geografia. Mas uma análise mais aprofundada na história do pensamento dessa disciplina indica que os geógrafos privilegiaram também outros enfoques e que a questão da localização foi muitas vezes tratada secundariamente.

Assim, um dos enfoques é o de considerar as relações homem-natureza, enquanto outro é o dos estudos de áreas. Em ambos os casos, as abordagens têm sido preferencialmente a críticas e mesmo profundamente comprometidas com os interesses das classes dominantes: o determinismo ambiental e o possibilismo vidaliano são expressões do primeiro enfoque. Os estudos de regiões, onde se consideram ingênua e descritivamente as combinações de fenômenos heterogêneos em uma dada área, são exemplos do enfoque regional. Ambos polarizaram em momentos distintos os interesses dos geógrafos e, enquanto isto ocorria, o enfoque locacional ficava em um plano secundário.

Por estudo locacional - muitas vezes denominado de estudo sobre a organização espacial - entende-se a procura de resposta para uma questão central: por que o homem e suas atividades estão localizados do modo como estão? Esta questão pode ser desdobrada em outras, a saber: Existem regularidades na localização do homem e de suas atividades? Que interações existem entre as diferentes localizações? Que processos afetam a localização e a interação do homem e de suas atividades? E ainda, qual a organização espacial resultante da localização do homem e de suas atividades e das interações entre essas localizações?

Estas questões diferenciam-se daquelas que, explícita ou implicitamente, fariam, respectivamente, um geógrafo determinista, um possibilista e um geógrafo regional. São elas: Como o meio físico influenciou o homem e suas atividades em um dado local? Como o homem reagiu face ao meio físico, dele retirando as possibilidades que lhe eram oferecidas e, ao longo do tempo, elaborando uma paisagem? Como os diferentes elementos sociais e naturais combinaram-se para originar uma região específica, única?

Naturalmente as diferenças entre essas questões colocam em cena uma série de questionamentos sobre a natureza da geografia, seu objeto e sua finalidade. Mas estes são problemas situados muito além do escopo desta comunicação.

A - A Emergência da Questão Locacional

A questão locacional somente poderia ter sido pensada de modo sistemático a partir de uma determinada fase da História, que é aquela em que localizar a população e as atividades passa a ter uma importância crucial para os propósitos da classe dominante.

Esta fase é a do capitalismo, quando a produção passou a ser

comandada pelo capital, quando o capital passou a subordinar o trabalho, dele extraindo sua fonte básica de acumulação, a mais-valia. No bojo do capitalismo verificou-se enorme desenvolvimento tecnológico gerador de um volume de capital investido e de uma escala de produção impensáveis até então. Esta escala, por sua vez, introduziu novas necessidades locais. Assim, por exemplo, não se tratava mais de localizar pequenas, numerosas e dispersas forjas que extraíam minério e madeiras de suas proximidades, vendendo localmente a reduzida produção. Tratava-se, isso sim, de relativamente poucas e concentradas unidades de produção, as usinas siderúrgicas, que consumiam milhares de toneladas de minérios, carvão e fundentes, produzindo por sua vez milhares de toneladas de ferro-gusa e aço.

Em outras palavras, a localização passou a ter enorme significado quando passou a representar um dos elementos que influenciava os custos e os lucros e, portanto, a capacidade de sucesso em um capitalismo concorrencial.

Queremos dizer com isso que não fazia sentido pensar sistematicamente em localização numa fase pré-capitalista. Ou seja, o pensar sistemático a respeito da realidade ou de uma de suas facetas só se justifica quando a realidade demanda esse pensar. Afinal, são as condições concretas da vida que determinam nosso pensar, e não o contrário. Mas que fique claro que não estamos afirmando que não havia normas de localização e padrões espaciais resultantes em uma sociedade pré-capitalista. Havia, e muitas estavam mesmo explicitadas. Mas a questão da localização só apareceria aos olhos da classe dominante e do Estado como uma questão crucial com o capitalismo. Por quê?

Primeiramente verifica-se o investimento maciço de capital acumulado no comércio, inclusive no comércio colonial, em escravos, na terra, em atividades de produção "stricto sensu", mas também na circulação e na distribuição, em atividades novas e em grande escala, que deveriam gerar excedentes para o processo de acumulação. Tais atividades estavam submetidas à concorrência e deveriam apresentar um lucro que fosse pelo menos igual ao lucro médio do setor, o qual advinda da mais-valia mas também de ganhos diferenciais associados às vantagens locais: distância das fontes de matérias-primas, do porto, do mercado etc.

Além disso verifica-se simultaneamente uma crescente proletarização marcada pela desapropriação dos meios de produção e de consumo da massa da população, criando-se um enorme e crescente número de pessoas que, para viver, vende sua forma de trabalho. As relações sociais de produção passam a ser comandadas pelo capital, e é necessário que a burguesia controle a força de trabalho e que minimize seu custo de reprodução. Esse controle passa necessariamente pela localização diferenciada no espaço urbano de grupos sociais como a burguesia e a classe operária.

Argumentar-se-ia que a segregação residencial já existia na cidade pré-capitalista, como é o caso da cidade sagrada da **Ásia** ou dos astecas. Mas o volume de população da cidade capitalista, as novas especificidades da luta de classes, agora centrada no conflito capital-trabalho, e ainda as cada vez mais complexas condições de reprodução das classes sociais - escolarização, formação profissional, higiene, lazer etc. - tornam a questão locacional das classes sociais relevante para os poderosos.

Por outro lado, a economia perde de vez as amarras que a prendiam ao nível local, isto é, a produção "stricto sensu", a circulação e a distribuição passam a ser realizadas com horizontes

mais amplos, associados à crescente divisão social e territorial do trabalho em que se verifica:

- 1 - Especialização produtiva de áreas na agricultura e na indústria e maior diferenciação entre os centros urbanos, em função de uma racionalidade centrada na relação custo-benefício, ou seja, considerando-se diferenciais de fertilidade, ocorrência de recursos naturais, força de trabalho barata e acessibilidade aos mercados consumidores. A especialização regional ou urbana, por sua vez, reforça a perda do caráter autárquico que caracterizava sobremodo a economia pré-capitalista, cujos horizontes eram espacialmente limitados.
- 2 - Como consequência verifica-se a complementaridade inter-regional de áreas especializadas, a qual é viabilizada pelo progresso técnico na conservação de matérias-primas e alimentos, nos meios de transporte e de comunicação. O mundo inteiro, afirma Hobsbawm⁽¹⁾, por volta de 1870 se torna ao mesmo tempo dividido e unificado. Há vários mercados de produção e consumo que se articulam entre si. É neste contexto que a questão locacional emerge.

B - A Ausência da Geografia dos Estudos Locacionais

(a) Do século XVIII a meados de 1870

Os primeiros que se preocuparam explicitamente com a questão locacional não foram os geógrafos. Mestres dos séculos XVII, XVIII e da primeira metade do século XIX, como Varenius, Kant, Humboldt e Ritter, preocuparam-se com questões relativas à natureza da geografia, tais como, a existência de uma geografia geral e outra especial ou regional, a geografia como um saber corológico, o avanço e a sistematização do conhecimento sobre os processos da natureza ou sobre os países e continentes.

Neste sentido, os geógrafos atendiam a uma demanda de sistematização do conhecimento da superfície da Terra que tinha, então sido incorporado de modo praticamente total, à ação humana. Assim, por exemplo, Varenius, que viveu no século XVII, no apogeu da expansão mercantilista holandesa, produziu estudos regionais sobre a Ásia, os quais interessavam à burguesia de Amsterdã onde viveu. Humboldt, que era membro da oligarquia fundiária prussiana, teve, por outro lado, entre outras contribuições, uma envolvendo um vasto conjunto de informações sobre o mundo intertropical.

Os primeiros que se preocuparam, de modo efetivo e explícito, por vezes até sistemático com a questão locacional foram pessoas ligadas aos negócios e não vinculadas ao incipiente mundo acadêmico.

Assim, o banqueiro francês Richard Cantillon publica em 1755, um ensaio que pode ser visto como uma primeira tentativa de pensar a organização espacial: sua obra visava a um esquema em que fosse possível economizar tempo e espaço, maximizando assim a organização espacial face à circulação de capital (2).

Cantillon admitia uma diferenciação entre os núcleos de povoamento, a qual assumiria uma natureza hierárquica, tal qual Christaller colocaria em evidência cerca de 180 anos depois. Percebe-se claramente o interesse que um banqueiro teria sobre a hierarquia urbana, pois esta é indicadora dos pontos principais e secundários por onde se realiza a drenagem de capital.

A questão da hierarquia urbana seria aprofundada mais tarde, entre 1836 e 1841, por Jean Reynaud, um engenheiro de minas e co-editor de uma enciclopédia (3). Reynaud propõe um sistema hierárquico de centros com três ou quatro níveis, com suas áreas de influência constituindo-se hexágonos embutidos. Tal sistema está fundamentado em três princípios: sociabilidade, fator econômico e administração.

O princípio da sociabilidade gera a formação de aldeias agrícolas, cada uma reunindo um certo número de pessoas; esse número é limitado, sendo influenciado por custos de transportes, ou seja, além de uma certa distância os agricultores são obrigados a construir outras aldeias. Por sua vez, o fator econômico reforça o princípio da sociabilidade, ou se contrapõe a ele, ou seja, a população agrícola dispersa-se espacialmente enquanto os serviços e o comércio apresentam diferentes graus de coesão, o que é fundamental para a hierarquização dos núcleos. Finalmente, o princípio da administração se ajusta ao conjunto, chegando mesmo a confirmá-lo. Mais do que Cantillon, Jean Reynaud antecipa cerca de 100 anos a obra que consagraria Christaller.

Numa época em que o progresso técnico no setor ferroviário e a expansão dos trilhos começavam a verificar-se de modo crescente, viabilizando alterações na localização de produção e na importância absoluta e relativa das cidades e possibilitando uma efetiva integração nacional, verifica-se uma das primeiras tentativas, senão a primeira, de pensar a organização espacial resultante da expansão ferroviária. É Leon Lalanne, um engenheiro ferroviário que, em 1863, apresenta uma proposta teórica sobre a questão (4). Segundo ele, uma rede ferroviária, à medida que se adensa, tende cada vez mais à forma triangular; os triângulos, por sua vez, tendem a agrupar-se de 6 em 6 em torno de um ponto central que é o centro de um hexágono e de 6 linhas ferroviárias. Lalanne admite ainda uma "lei de equilateralidade", isto é, a existência de um espaçamento regular dos centros ferroviários situados nos ângulos dos triângulos equiláteros, bem como a idéia de hexágonos embutidos uns nos outros, de forma a cobrir todo o território. Isso implica a existência de um padrão de distância entre cidades de mesma importância, assim como uma regra que permitiria deduzir um padrão de distância entre centros de tamanhos diferentes.

Os estudos acima selecionados constituem-se em contribuições básicas que, de modo marcante, antecedem as proposições teóricas sobre o tema localidades centrais, formuladas por Christaller. Referem-se a localizações pontuais e suas projeções em termos de área, e a fenômenos que se verificam linearmente. O que se verá a seguir refere-se à primeira proposição teórica sobre um fenômeno que se manifesta em área, a agricultura.

Johann Heinrich von Thunen é efetivamente considerado o pai da teoria locacional pela sistematização com que tratou a questão da localização e pela extensão das proposições que formulou para situações fora da agricultura (5). Sua obra, *Der Isolierte Staat*, foi publicada em dois volumes: o primeiro em 1826 e o segundo em 1863.

As proposições thunianas foram elaboradas em uma época de mudanças na organização sócio-espacial da agricultura de certas áreas da Europa continental. Passava-se então de uma agricultura camponesa, de subsistência e venda de excedentes, baseada em práticas comunitárias e no sistema agrícola de rotação trienal de cultivos, para uma agricultura de mercado, capitalista, onde se reafirmava a propriedade privada e o trabalho assalariado. Passava-se ainda de uma agricultura espacialmente pouco diferenciada para uma outra baseada na crescente especialização de áreas em função de custos e rendas diferenciados. A proposição thuniana procurava dar conta dessas mudanças na organização da agricultura descrevendo e tentando explicar o que seria um uso mais racional da terra dentro da economia capitalista.

É preciso considerar, entretanto, que von Thunen via em sua proposição de uso racional da terra a expressão espacial, e em equilíbrio, de uma sociedade que se tornava plenamente capitalista e que ele sonhava tornar-se harmoniosa. Esse é o ponto central de sua obra, que é impregnada de uma ideologia que reafirma um modo de produção em processo de plena realização, o qual para von Thunen, deveria traduzir-se em uma realidade sem conflitos entre os proprietários rurais e a força de trabalho⁽⁶⁾. Sintomaticamente, von Thunen era grande proprietário de terras - um "juncker" portanto - no norte da Alemanha, possuindo uma formação que lhe possibilitou realizar uma rigorosa contabilidade agrícola, a qual, sem dúvida, muito contribuiu para a elaboração de suas proposições.

As proposições thunianas são normativas, indicando como deveria ser a organização espacial da agricultura. Também podem ser consideradas como proposições pioneiras no âmbito do pensamento econômico marginalista, pois estão centradas na teoria do valor utilidade e na lei dos retornos decrescentes. Assim, a diferenciação no uso agrícola da terra se dá em virtude dos custos crescentes de transporte de cada produto que se quer cultivar, à medida que a distância do mercado consumidor aumenta. A partir de uma dada distância há uma margem além da qual não é mais compensador cultivar um dado produto, havendo sua substituição por outro que se torna mais rentável. Conforma-se assim um uso da terra que, em uma situação ideal, apresenta-se constituído por círculos concêntricos, cada um sendo caracterizado pela cultura que maior retorno ali produz, desse modo estabelece-se uma utilidade variável de cada área circular, a qual é expressa pelo valor da terra.

Cantillon, Reynaud, Lalanne e von Thunen situam-se entre os principais precursores da análise locacional. Os temas que consideraram são eminentemente geográficos, respondendo ainda,

pelo modo como foram abordados, a uma determinada visão de mundo, aquela da classe dominante da qual eles eram legítimos representantes.

(b) O período 1870-1920

A década de 1870 marca o início do capitalismo em sua forma mais avançada, o imperialismo, onde o capital financeiro passa a dominar, dividindo o mundo entre si, mas também entre as potências capitalistas.

A emergência da geografia moderna, alçada, juntamente com outras ciências sociais, à condição de disciplina acadêmica, e a emergência do imperialismo estão relacionadas. A geografia, tanto em termos de pesquisa como de ensino, relaciona-se com o imperialismo através de vários de seus aspectos, especialmente o militarismo, o crescimento dos impérios, a exploração econômica e a questão da dominação racial e social⁽⁷⁾. A questão da localização que se tornava mais e mais dramática para o grande capital era, agora no âmbito acadêmico, deixada, ainda que marginalmente, à economia e à sociologia.

A guerra franco-prussiana (1870-1871) foi ganha em parte pelo preparo que tinham os oficiais alemães em termos de conhecimento do território: muitos desses oficiais tinham sido alunos de Carl Ritter, que ensinava geografia tanto na Escola Militar como na Universidade de Berlim. A constatação da geografia como conhecimento fundamental levou o governo alemão a estabelecer em 1874 cadeiras de geografia nas universidades do Estado: a geografia era importante para a compreensão das relações homem-meio, do desenvolvimento do Estado e para imbuir a oficialidade de um senso de missão promulgadora da civilização europeia.

Na França, após 1871, a geografia também ganha status acadêmico, o mesmo ocorrendo na Inglaterra: foi a partir da Royal Geographical Society, cujos membros eram em parcela ponderável constituídos por militares, que se fundou na Universidade de Oxford a primeira escola de geografia da Inglaterra.

O rápido desenvolvimento da geografia moderna na Europa também deve ser atribuído à formação de vastos impérios coloniais e à exploração econômica. Nesse processo de desenvolvimento as sociedades geográficas, representantes dos interesses imperialistas, tiveram importante papel: os cursos de Geografia Colonial eram expressão desses interesses. O geógrafo inglês Herbertson, conforme assinala Hudson⁽⁸⁾, sugere que os profissionais deveriam ser treinados para o levantamento dos recursos das diferentes partes do mundo, tal como fizera, entre outros, o geógrafo alemão Richthofen, enviado pelo governo de seu país à Ásia e à América para mapear os recursos e as possibilidades comerciais dessas áreas. Seu trabalho foi importante para revelar os recursos em carvão da península de Shantung na China, bem como para indicar as possibilidades comerciais da área. Isso implicou na aquisição, pela Alemanha de Kiaochow, um enclave alemão em território chinês⁽⁹⁾.

Em relação ao racismo, há que se relacioná-lo com a expansão colonial; os geógrafos não apenas participavam do processo de exploração de recursos diversos, como também propalavam idéias desuperioridade racial do homem branco e de sua missão civilizadora.

Essa superioridade precisava ser legitimada cientificamente, e a isto serviu o determinismo geográfico, ou seja, o pensamento que considerava a influência do meio físico sobre o homem. Determinismo que, em uma forma mais suave, transformar-se-ia no possibilismo⁽¹⁰⁾.

Também em conexão com a expansão colonial havia a questão do desemprego interno nos países industriais e a necessidade daí decorrente de povoar áreas de latitudes médias com os excedentes demográficos europeus, evitando assim conflitos internos e criando novos mercados produtores e consumidores.

Em realidade a geografia incorporou ao seu discurso a questão dos conflitos entre classes sociais, posicionando-se a favor das classes dominantes. E isto foi particularmente relevante para a Inglaterra, onde a classe operária desempregada constituía um perigo para o sistema político do país. A emigração para a América do Norte, Austrália e planaltos africanos era uma solução.

Desse modo, o discurso geográfico servia simultaneamente ao imperialismo, ao racismo e à minimização das lutas de classes. Estas são as origens da geografia acadêmica, inseridas no âmbito dos processos históricos dentro dos quais a geografia emerge. Os estudos sobre a paisagem geográfica constituem o lado ingênuo

da geografia.

No entanto, entre economistas e sociólogos, a análise locacional já produzia resultados expressivos. No caso da economia destaca-se, no período de 1870 a 1920, a contribuição do economista alemão Alfred Weber. Sua obra, publicada em 1909, constituiu o marco inicial da discussão sobre localização industrial e, juntamente com a obra de von Thunen e a de Christaller, compõe a trilogia clássica dos estudos locacionais.

A questão da localização industrial é vista em Weber como uma questão de minimização de custos em face das alternativas locacionais em função de matérias-primas, mercado e mão-de-obra. Weber também considera o papel das economias de aglomeração como elemento de minimização dos custos⁽¹¹⁾. A partir dele sucede-se uma discussão, no âmbito da economia espacial burguesa, sobre a questão da localização industrial: Hotelling, Losch, Hoover, Isard e Greenhut, entre outros, são expoentes dessa discussão⁽¹²⁾.

No caso da Sociologia, sobressaem as contribuições da Escola de Ecologia Humana, criada a partir da década de 1910 por Robert Park. A ecologia humana, como uma expressão do "darwinismo social", considera o comportamento da sociedade análogo ao das plantas e animais. A sociedade é vista como uma comunidade, e por isso tem uma organização territorial: é assim que a questão locacional se coloca para Park e seus discípulos⁽¹³⁾.

A partir da competição entre atividades pelo uso da terra, competição onde uma delas apareceria como dominante, emergiu um determinado arranjo locacional das atividades. Esse arranjo significava um equilíbrio que era rompido devido às inovações introduzidas de fora; haveria então uma mudança locacional das atividades e seu equilíbrio seria restaurado através de um novo arranjo locacional. Concentração regional, centralização e descentralização e, mais tarde, áreas sociais, compõem, entre outros, o temário da ecologia humana.

Tanto a economia espacial como a ecologia humana influenciaram os estudos locacionais na geografia. Ambas permitiram a manutenção, através de um novo enfoque, do compromisso de fato da geografia com as classes dominantes e com o Estado capitalista. No entanto, seriam necessárias algumas décadas para que o enfoque locacional passasse a vigorar na disciplina geográfica.

C - A Geografia e os Estudos Locacionais

(a) Os primeiros estudos: 1920-1955

O período 1920-1955 foi caracterizado na Geografia pela continuação do confronto determinismo-possibilismo, conflito esse de onde emerge uma geografia cultural e uma abordagem regional. Da disputa determinismo ambiental - possibilismo emerge uma geografia econômica no bojo da qual existem questões locacionais. Mas, por outro lado, no âmbito do sistema de planejamento também emergirá um enfoque eminentemente locacional na geografia. É, portanto, a partir da discussão interna à geografia e dentro da prática de seus profissionais que está a terceira fonte do enfoque locacional na geografia.

Da polêmica determinismo - possibilismo emerge uma geografia econômica: estamos nos Estados Unidos na década de 1920, onde a disputa em pauta está acirrada. A necessidade de explicações convincentes sobre o porquê da localização das atividades do homem suscita novas explicações fora do âmbito do determinismo. Em 1925 surge o período Economic Geography que reunirá parcela considerável dos estudos econômico-locacionais.

A perspectiva locacional, ainda que não tenha se tornado o enfoque dominante, gerou importantes trabalhos. Um deles é o O. Jonasson⁽¹⁴⁾ sobre as regiões agrícolas da Europa; esse estudo, publicado em 1925, aplica as idéias thunianas à agricultura europeia. Outro estudo pioneiro é o de Richard Hartshorne, datado de 1927⁽¹⁵⁾; nesse estudo há uma nítida reação ao determinismo ambiental, através da tentativa de identificar os elementos que afetam a decisão locacional. Hartshorne adota uma linha tipicamente weberiana, acentuando a importância da localização relativa no que se refere à localização industrial. Discute ainda o conceito de localização ótima, aquela onde há maximização da diferença entre o total de custos e o preço de venda.

Merece menção ainda o estudo de Charles Colby, publicado em 1933⁽¹⁶⁾, sobre as forças centrífugas e centrípetas na geografia urbana. No primeiro caso, há como consequência a centralização de atividades, gerando a Área Central da cidade. No segundo, verifica-se como consequência a descentralização, geradora de

novos núcleos de atividades interurbanas. Estudo semelhante é o de M.J. Proudfoot⁽¹⁷⁷⁾ sobre a tipologia de centros comerciais intra-urbanos, uma tipologia derivada da generalização indutiva a partir de numerosos estudos detalhados em várias cidades norte-americanas. A influência da Escola de Ecologia Humana nesses dois últimos estudos é nítida.

O sistema de planejamento urbano e regional suscitaria também a necessidade do enfoque locacional. Assim, na Inglaterra, a concentração urbana em Londres e a vetustez das cidades inglesas levaram à criação de um sistema de planejamento. Após a 1.ª Guerra Mundial, o sistema é reativado e, já em 1918, C.B. Fawcett⁽¹⁷⁸⁾ propõe uma nova divisão da Inglaterra em províncias com base na área de influência das grandes cidades: Londres, Manchester, Birmingham, Bristol, Nottingham, Leeds etc.

Os estudos de Robert E. Dickinson⁽¹⁷⁹⁾, por outro lado, são dedicados a colocar em evidência a área de influência das cidades inglesas. Particularmente significativo é seu estudo de 1934 sobre a hierarquia e a área de influência das cidades norte-americanas. É o caso também de A.E. Smailes, que publicou em 1944 um estudo sobre a hierarquia urbana inglesa⁽¹⁸⁰⁾.

Contudo, a mais importante contribuição do período seria a de Walter Christaller⁽¹⁸¹⁾, publicada em 1933. Tratava-se de uma obra deslocada em seu tempo, isto é não se situava dentro dos paradigmas dominantes na geografia. Sua importância só seria reconhecida a partir da década de 1950 e sua divulgação só seria feita a partir dos anos 60.

A contribuição de Christaller para os estudos locacionais é enorme. Considera ele a organização espacial dos centros varejistas e de serviços, as localidades centrais. O tema já tinha sido abordado desde Cantillon, Jean Reynaud, e de geógrafos ingleses e de sociólogos rurais norte-americanos, como Galpin e Kolb, mas só com Christaller ele é plenamente sistematizado: os núcleos de povoamento hierarquizam-se entre si em função de dois mecanismos básicos: o mercado mínimo e o alcance espacial máximo.

Além da apresentação formal da organização espacial da rede de localidades centrais, Christaller apresenta os diferentes elementos que existem na realidade, possibilitando assim que se considerem redes de localidades centrais concretas. Por outro lado, a obra de Christaller apresenta de modo explícito o modelo de análise do mundo real que seria adotado plenamente pelos geógrafos dos anos 60. Veremos isso em breve.

Assim, no período 1920-1955 foi gerada a análise locacional na geografia. A partir de meados dos anos 60, ela poderia emergir como o paradigma mais importante da geografia.

(b) O apogeu do enfoque locacional na geografia: 1955-1970

O período 1955-1970 caracteriza-se pelo apogeu do enfoque locacional na geografia, enfoque esse que, pelo menos nos países anglo-saxões, passa a ser dominante, eclipsando de certo modo os enfoques baseados nos estudos homem-natureza e nos estudos regionais. Por que agora o enfoque locacional emergiria com todo o vigor? Há de se considerar, de um lado, razões externas e, de outro, razões internas à geografia.

Do lado externo à geografia é necessário considerar que a década de 1950 foi marcada por uma retomada da expansão capitalista no pós-guerra. Esta tinha sua necessária projeção espacial e a ideologia do desenvolvimento que afetavam diferentes setores das ciências sociais e geravam uma crescente preocupação com questões de localização, organização do espaço, difusão, modernização, desigualdades regionais etc.

O interesse por questões espaciais foi estimulado pelos recursos financeiros advindos do Estado capitalista de organismos de ajuda à pesquisa, de órgãos do sistema de planejamento e mesmo das forças armadas - e de fundações vinculadas às grandes corporações industriais e financeiras. Nesse período aparecem em forma embrionária ou acabada as teorias dos pólos de desenvolvimento da François Perroux, do centro-periferia de John Friedmann e da difusão espacial de inovações de Torsten Hagerstrand. Data dessa época a criação pelo economista Walter Isard da "Regional Science Association", que passaria a congregar uma comunidade interdisciplinar interessada em questões espaciais.

Do lado interno - a geografia havia uma crescente insatisfação por parte de geógrafos, que viam a disciplina como um saber idiográfico - que não se preocupava com leis e predições - e que contestavam a proposição de ser a geografia uma ciência com métodos próprios. Essa insatisfação, aliás, não era gratuita, mas re-

fletia claramente a inadequação da geografia às novas exigências do capital e do Estado capitalista.⁽¹⁸²⁾

A idéia de tornar a geografia uma ciência de acordo com o método científico preconizado pelo positivismo lógico iria acionar, a partir de meados da década de 1950, uma fase de polêmicas e novas proposições, em cujo centro estavam, de um lado Fred Schaefer⁽¹⁸³⁾, com sua feroz crítica à geografia tradicional e, de outro, Richard Hartshorne, o defensor das idéias idiográficas em geografia e de seu caráter de ciência única.⁽¹⁸⁴⁾

Fred Schaefer propugnava a geografia como uma ciência social que, como tal, deveria abandonar seu caráter idiográfico tornando-se nomotética, isto é, procurando leis e predizendo. As leis a que Schaefer se refere são leis morfológicas, que dizem respeito aos padrões espaciais dos fenômenos sociais sobre a superfície da Terra. Por trás da proposta de Schaefer estava a proposição de se adotar o positivismo lógico como método de apreensão da realidade, calcado na tese da verificabilidade e na neutralidade científica.

A tese de William Bunge, "Theoretical Geography"⁽¹⁸⁵⁾ marca o final de uma fase polêmica e o triunfo do enfoque locacional na geografia. A década de 1960 seria marcada por este enfoque.

Como caracterizou-se a prática locacional entre os geógrafos durante a década de seu pleno apogeu, isto é, na década de 1960? Primeiramente é necessário lembrar que a prática locacional geográfica incorporou vários aspectos das duas fontes mencionadas, a economia espacial burguesa e a ecologia humana.

Da economia, incorporou de modo marcante a teoria do valor-utilidade e a lei dos retornos decrescentes. Incorporou também conceitos como economia de aglomeração e o raciocínio hipotético-dedutivo que se fundamentava nas premissas da planície homogênea, da racionalidade econômica, da competição perfeita e da a-historicidade dos fenômenos sociais, tal como, de certo modo fizera Christaller nos anos 30. Incorporou também a noção de espaço relativo, estruturado por custos de transportes, os quais, por sua vez, estruturariam as localizações e os usos da terra.

Da ecologia humana, bem como da economia espacial, a prática locacional geográfica incorporou os conceitos e os resultados dos estudos sobre organização interna da cidade: área central, zona de transição, segregação residencial e áreas sociais, entre outros. E tanto da ecologia humana quanto da economia burguesa, incorporou o conceito de equilíbrio, um conceito paradigmático para as classes dominantes.

Houve também a redescoberta de seus precursores, Christaller sobretudo. Pela descoberta ou redescoberta de autores como von Thunen, Alfred Weber, Robert Park e Christaller, os geógrafos locacionais aprofundaram um amplo temário, retraindo as idéias desses autores através de testes de hipóteses e proposições adicionais.⁽¹⁸⁶⁾

Além disso muitos dos geógrafos que adotaram o enfoque locacional buscaram na matemática, sobretudo na geometria, e na estatística uma linguagem tal como fora proposto por Bunge⁽¹⁸⁷⁾, e as técnicas através das quais se identificavam padrões espaciais e realizavam-se testes de hipóteses⁽¹⁸⁸⁾.

Ao serem incorporados elementos metodológicos e conceituais da ciência burguesa à economia espacial e à ecologia humana e ao ter resgatado sua própria tradição, o enfoque locacional na geografia ratificou uma velha tradição geográfica: a de servir aos poderosos, agora não mais à burguesia mercantil holandesa, como no tempo de Varenius, nem aos interesses dos "junkers", como foi o caso de von Thunen, mas ao interesse do capital monopolista e de seu Estado.

Como o enfoque locacional serve aos poderosos? Primeiramente através do sistema de planejamento onde os estudos locacionais indicam localizações eficientes para um capital específico. Em segundo lugar, contribuindo para a segregação residencial, participando, desse modo, ao lado do capital, de uma das formas espacializadas da luta de classes que é a segregação. Em terceiro lugar, fornecendo valiosa informação que é a própria descrição da organização espacial, um verdadeiro mapa estratégico para a Capital e seu Estado. E, finalmente, através de um jogo matemático-estatístico, fora da realidade, escamoteando a própria organização espacial, tratando-a como se fosse uma "coisa" destituída de vida social.

D - A Localização Fora de Foco?

É questão agora de se perguntar se o enfoque locacional está

fora de foco, se está mal localizado. Está, pois não focaliza os interesses da maioria da população constituída por aqueles que são explorados pelo capital, por aqueles que, através do trabalho, produzem a organização espacial, a qual acaba voltando-se contra eles próprios. (Pois não é o trabalhador da periferia ou da favela que constrói os edifícios de luxo onde moram aqueles que o exploram? Não é ele quem constrói escolas, hospitais e parques localizados nos bairros suntuosos, e que nunca pode frequentá-los?)

Mas o destino do enfoque locacional é o de estar sempre fora

de foco, desfocalizado? Seu destino não lhe pertence, mas pertence à História, que fará uma nova sociedade mais igualitária. Sociedade que, ainda assim, defrontar-se-á com a questão locacional, pois o espaço não é homogêneo, nem em termos naturais, nem em termos de "locus" das atividades humanas. Mas a questão da localização deverá ser colocada de outro modo e por outro agente, pela coletividade. Af a questão locacional estará claramente focalizada. Mas isto pressupõe a gestão democrática do espaço. E de outra geografia, cujo caminho já começou a ser trilhado.

NOTAS/BIBLIOGRAFIA

NOTAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Eric J. Hobsbawm. A Era do Capital - 1843-1870. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1977.
- Sobre Cantillon, ver, entre outros, Claude Ponsard. Histoire des Théories Économiques Spatiales. Paris, Armand Colin. 1958.
- Sobre Jean Reynaud consultar, Marie-Claire Robic. Cent Ans Avant Christaller... Une Théorie des Lieux Centraux. L'Espace Géographique, 11 (1). 1982.
- León Lalanne. Essai d'une Théorie des Réseaux de Chemins de Fer, Fondée sur l'Observation des Faits et sur les Lois Primordiales qui Président au Groupement des Populations. Comptes Rendus des Séances de l'Académie des Sciences, Paris, tome 57. 1863.
- Sobre von Thunen ver, entre outros, Olíndina Vianna Mesquita. O Modelo de von Thunen: Uma Discussão. Revista Brasileira de Geografia, 40(2). 1978.
- Sobre o assunto consultar Joern Barnbrock. Prolegomenon to a Methodological Debate: The Case of von Thunen. Antipode, 6(1). 1974.
- Ver a propósito o artigo de Brian Hudson. The New Geography and the New Imperialism: 1870-1918. Antipode, 9(2). 1977.
- idem.
- idem.
- Sobre o determinismo geográfico e o possibilismo, consultar, entre outros, Antônio Carlos Robert Moraes. Geografia - Pequena História Crítica. São Paulo, HUCITEC, 1981, e Nelson Werneck Sodré. Introdução e Geografia. Geografia e Ideologia. Petrópolis, Vozes. 1976.
- Sobre Weber consulte-se, entre outros, Stuart Dagggett. The Systems of Alfred Weber. in Readings in Economic Geography, editado por R.H.T. Smith, E.J. Taaffe e L.J. King. Chicago, Rand McNally & Co. 1968.
- Sobre a discussão sobre localização industrial consulte-se David M. Smith. Industrial Location: An Economic Geographical Analysis. New York, Wiley. 1971.
- Sobre a Escola de Ecologia Humana ver a coletânea organizada por G.A. Theodorson, Estudos de Ecologia Humana. Barcelona, Editorial Labor S.A. 1974, 2 volumes, onde estão as contribuições de Park e de seus discípulos, Burgess, McKenzie e outros.
- O. Jonasson. The Agricultural Regions of Europe. Economic Geography, 1. 1925.
- Richard Hartshorne. Location as a Factor in Geography. Annals of the Association of American Geographers, 17(2). 1927.
- Charles C. Colby. Centrifugal and Centripetal Forces in Urban Geography. Annals of the Association of American Geographers, 23 (1). 1933.
- Malcolm J. Proudfoot. City Retail Structure. Economic Geography, 13(4). 1937.
- C.B. Fawcett. The Provinces of England. London, Hutchinson University Library. 1919.
- Sobre Robert E. Dickinson veja-se, entre outros: The Metropolitan Regions of the United States. Geographical Review, 24. 1934.
- A.E. Smailes. The Urban Hierarchy in England and Wales. Geography, 29. 1944.
- Walter Christaller. Central Places in South-n: Germany. Englewood Cliffs, Prentice-Hall Inc. 1966 (tradução de C.W. Baskin do original em alemão).
- Ver sobre o assunto Roberto Lobato Corrêa. Da "Nova Geografia" à "Geografia Nova". Revista Vozes de Cultura, 74 (4). 1980, onde esta questão é levantada.
- Fred K. Schaefer. O Excepcionalismo na Geografia: Um Estudo Metodológico. Boletim Carioca de Geografia, 27. 1976, e Boletim de Geografia Teórica. 7. 1977.
- Richard Hartshorne. Propósitos e Natureza da Geografia. São Paulo, HUCITEC-EDUSP. 1978
- William Bunge. Theoretical Geography. Lunc Studies in Geography, Serie C, 1. 1962.
- Ver, entre outros, a coletânea, já mencionada Readings in Economic Geography, editada por R.H.T. Smith, E.J. Taaffe e L.J. King. Chicago, Rand McNally & Co. 1968. Ver ainda os numerosos estudos intra-urbanos realizados por geógrafos em Internal Structure of the City, editado por Larry S. Bourne, Toronto, Oxford University Press. 1971.
- William Bunge. Ver nota 25. Neste estudo Bunge propõe que a geografia seja considerada não uma ciência social, mas sim uma ciência espacial, capacitada a estudar, através de sua linguagem, a geometria, os temas sociais e naturais. Sobre a questão, veja-se a obra de Peter Haggett. Locational Analysis in Human Geography. Londres, Saint Martin's Press. 1966, que segue de perto as sugestões de Bunge.
- Numerosos são os livros escritos por geógrafos sobre a aplicabilidade da estatística em geografia. Veja-se, entre outros: B.J.L. Berry e D. Marble, editores, Spatial Analysis, A Reader in Statistical Geography. Englewood Cliffs, Prentice-Hall Inc. 1967; L.J. King. Statistical Analysis in Geography. Englewood Cliffs, Prentice-Hall Inc. 1969; e R. Hammond e P. Mc Cullagh Quantitative Techniques in Geography: An Introduction. Oxford, Clarendon Press. 1974.